

33º Encontro Anual da Anpocs

GT 04: Conflitos ambientais, processos de territorialização e identidades sociais.

Outubro de 2009

Mapeamentos, identidades e territórios

Henri Acelrad (IPPUR/UFRJ)

Introdução

Todos os mapas são uma abstração do mundo, elaborada, portanto, sempre a partir de algum ponto de vista. Na história das representações espaciais, os mapas começaram como ficção, um meio de se pensar o mundo a partir da crença e dos mitos e não a partir da geografia. Foi através de um longo processo de observação do mundo, de elaboração de instrumentos e experiências, com o conseqüente crescimento da capacidade de medir altitudes e coordenadas, que os mapas foram tornando-se mais “objetivos”¹. Com a modernidade, passaram a ser aplicados a múltiplos aspectos do conhecimento objetivo, em que tudo que é concebido espacialmente pode ser mapeado². O imaginário cartográfico e as representações do território passaram a recortar o real para descrevê-lo, defini-lo e, simbolicamente, possuí-lo. As representações cartográficas subordinaram-se, a partir de então, aos imperativos territoriais dos sistemas políticos que as reclamavam e justificavam. O território plural e polissêmico, aberto ao aleatório e não controlável, foi sendo transformado em extensão quantificada, limitada e controlada pelo gesto cartográfico que serve de suporte à ação política (Lussault, 1995, p. 170). Apesar de ser correntemente apresentado como um enunciado constataivo do real, o mapa não deixa de ser um enunciado performático, que diz algo sobre o real e sobre este produz efeitos. Ele não é, pois, um reflexo passivo do mundo dos objetos, mas um intérprete de uma determinada “verdade, em que o crer se localiza no ver” (Balandier, 1987), um instrumento que “ordena e dá ordens” aos atores envolvidos na produção do território (Rivière, 1980, p. 379, apud Jourde, op. cit., p. 103-4).

O conhecimento espacial contido nos mapas contribui, portanto, ele próprio, para criar espaços, ligando pessoas, práticas e lugares, ao mesmo tempo em que seus meios representacionais exercem efeitos sobre os modos de pensar o espaço. Uma espécie de revolução cartográfica produziu-se no início do século XVII, entrelaçando o Estado, a ciência e a cartografia, num processo de recíproca co-produção, ainda que através de

¹ Carl Malamud, A Shared Reality, in Mappamundi <http://mundi.net/cartography/Maps/> (acesso em 20/10/2008)

² Castle, Christopher. Mapping the soul of the land – the ecopsychology of place, in The Ecopsyforum, ecopsychology.athabasca.ca/Final/1mapping.htm, acesso em 19 setembro 2009.

mecanismos heterogêneos e localmente contingentes³. A necessidade de estabelecer registros gráficos colocou-se notadamente quando entrou em pauta a racionalização do controle sobre processos sociais e territoriais⁴.

Destacando as relações que se constituíram entre os Estados nacionais modernos e a produção dos mapas, Barbara Lynch⁵ afirma que, como “discurso político a serviço do Estado”, os mapas passaram a ser elaborados para facilitar e legitimar a conquista, definir o Estado como uma entidade espacial, assim como, posteriormente, para construir nacionalismos pós-coloniais. No século XX, os cartógrafos ajudaram a produzir o “espaço social do desenvolvimento”, por mapas que, neste contexto, serviram a finalidades de identificação e gestão de recursos naturais. Os primeiros mapas de constituição dos Estados tiveram a ver com penetração e orientação, identificação das rotas para o interior, fixação de pontos de referência críticos destas rotas e colocação de símbolos que sugerem a existência de riquezas. Uma segunda vertente da produção cartográfica é a da territorialização ou delimitação dos limites do Estado, assim como a definição de propriedades no interior destes limites. Uma terceira função estatal do mapeamento é a da criação de jurisdições administrativas para facilitar o controle centralizado sobre o território nacional e seus domínios. Um quarto tipo de mapa, o mapa de zoneamento, prescreve utilizações para o território. Cada tipo de mapa teve uma função específica, e cada um estava associado a uma fase diferente no processo de formação dos Estados, embora estas fases possam ter-se imbricado umas nas outras.

Isto posto, não é difícil verificar que, a partir dos anos 1990, em contexto de “globalização” e de redefinição do papel dos Estados nacionais, em que políticas de escala hegemônicas transferem arranjos institucionais e redes econômicas para escalas supra-nacionais e sub-nacionais⁶, as práticas da cartografia se tenham mostrado fortemente pressionadas por

³ Turnbull, David. *Masons, Tricksters and Cartographers*, Routledge, London- New York, 2000, p.92.

⁴ Wood, Denis. *Maps and Mapmaking*, *Cartographica*, vol. 30, 1, (1993) p. 5

⁵ Lynch, Barbara Deutsch. *Marking Territory and Mapping Development*. 6th Annual Conference of the International Association for the Study of Common Property. Berkeley, CA. June 5-8, 1996.

⁶ E. Swyngedouw, E. *Globalisation or Glocalisation Networks, Territories and Rescaling* *Cambridge Review of International Affairs*, Volume 17, Number 1, April 2004.

forças as mais variadas envolvidas na rearticulação das disputas territoriais com o plano das disputas cartográficas.

Neste contexto, as colocações de Lynch sugerem um certo pessimismo quanto à possibilidade de nestas disputas ocorrer uma apropriação da linguagem cartográfica por grupos subalternos, particularmente em contexto de liberalização das economias nacionais e de avanço das fronteiras de expansão do capital e do mercado. Harley, em suas considerações provocativas sobre as relações entre o saber e o poder cartográficos afirmara, por sua vez, a impossibilidade de uma cartografia popular. Para ele, “os mapas são essencialmente uma linguagem do poder e não de contestação” e “a tecnologia da informática reforçou essa concentração do poder das mídias”⁷.

É fato que possuir a informação geográfica significa não somente afirmar sua autoridade, mas também proteger as riquezas, cuidando ciosamente de que ninguém mais dela se apodere, como lembrava o historiador Gerard Vindt, ao relatar o roubo, em 1502, em Lisboa, do único exemplar do planisfério real representando as Índias e o Brasil, desenhado a partir dos levantamentos de Cabral e Vasco da Gama⁸. Mas há que se considerar que a ampliação dos espaços e a diversificação das formas da representação espacial, além da emergência de novas tecnologias e de novos “sujeitos cartografantes”, deram lugar à constituição de um verdadeiro campo da representação cartográfica, do qual cabe caracterizar seu modo de instituição; a relação nele estabelecida entre as linguagens representacionais e as práticas territoriais; a relação entre o progresso técnico nas práticas de representação e a distribuição de poder neste campo, bem como, ao se problematizar a categoria “participação” aplicada às práticas de mapeamento, a relação entre o poder de cartografar e a legitimidade relativa dos sujeitos da representação cartográfica.

⁷ Harley, J.B. “Deconstructing the Map”. In *Cartographica*, vol. 26, nº2, p.1 – 20, 1989.

⁸ Rekacewicz, Philippe, *La cartographie, entre science, art et manipulation*, Le Monde Diplomatique, février 2006.

A considerar o andamento do debate contemporâneo sobre os chamados mapeamentos participativos e cartografias sociais, relativo a experiências concretas que se disseminaram no mundo, notadamente desde o início dos anos 1990, tais iniciativas poderão ser vistas ora como esforços de resistência às dinâmicas da globalização, ora como instrumento de apoio à efetivação mesma destas dinâmicas. O modo como cada experiência interage com os processos geo-estratégicos mais gerais pode revelar à análise, dentro do emergente sub-campo da cartografia participativa, diferentes linhas de aglutinação: algumas delas, constituindo práticas visando “integrar” territórios – através da fixação harmônica de limites e fronteiras funcionais aos mecanismos de valorização do capital, pacificação de conflitos territoriais e instauração de mecanismos autoritários de controle, próprios a uma “sociedade da vigilância”⁹ – e outras, buscando fortalecer processos políticos autônomos de multiplicação democratizante das formas de interpretar o mundo, destinados a deter os efeitos expansivos e expropriatórios do regime de acumulação prevalecente. Estas duas articulações de forças encontram-se, por certo, subsumidas ao impacto dos modos de apropriação das novas tecnologias da informação sobre os conteúdos, as formas e os meios de controle sobre a representação cartográfica.

Assim sendo, se, por um lado, tornam-se claras as implicações políticas dos mapas, podemos falar da emergência de políticas cartográficas, em que os mapeamentos são eles próprios objeto da ação política. E se a ação política diz especificamente respeito à divisão do mundo social, podemos considerar que, na política dos mapeamentos, estabelece-se uma disputa entre distintas representações do espaço. Disputas desta ordem tendem a acirrar-se, mais ou menos explicitamente, quando as formas socioterritoriais estabilizadas sofrem alterações significativas – como é o caso das transformações sócio-espaciais associadas à liberalização das economias no final do século XX – ou quando a própria atividade mapeadora sofre os efeitos de mudanças técnicas que permitem expandir seu campo de ação e o universo de sujeitos nela envolvidos, como é também o caso recente do advento das tecnologias digitais na produção cartográfica. É neste contexto que, na série histórica da emergência de diferentes modalidades de mapas e práticas de mapeamento, reunindo mapas

⁹ Jessica Park, *The New Cartographers - What does it mean to map everything all the time?*, in *In These Times*, february 29 2008.

administrativos, de desenvolvimento, de zoneamento, de penetração etc., os mapas ditos “participativos” ou de “cartografia social” vêm contestar o monopólio estatal da representação do espaço, acrescentando um “*surplus*” de legitimidade a atores emergentes, novos “sujeitos de mapeamentos”, envolvidos na disputa cartográfica.

Contexto de surgimento e disseminação dos “mapas participativos”

Diversas iniciativas de mapeamento que se propõem a incluir populações locais nos processos de produção de mapas disseminaram-se mundialmente desde os anos 1990. Estas práticas têm envolvido instituições como agências governamentais, ONGs, organizações indígenas, organismos multilaterais e de cooperação internacional, fundações privadas, universidades, entre outras. Sob diversas terminologias, tais atividades são reconhecidas, no debate internacional, como iniciativas de “mapeamento participativo”, que reconhecem o conhecimento espacial e ambiental de populações locais e os insere em modelos mais convencionais de conhecimento (Herlihy e Knapp, 2003). Na vertente de maior visibilidade internacional, situada no âmbito agências promotoras do “desenvolvimento”, suas raízes metodológicas estariam ligadas ao que estas agências chamam de “observação participativa” e de “metodologias de pesquisa colaborativa”. Assim é que métodos de pesquisa participativa combinados com tecnologias como as dos SIG – Sistemas de Informação Geográfica, dos *Global Positioning Systems* (GPS) e do sensoriamento remoto foram aplicados na elaboração de mapas, gerando um novo horizonte de produção e uso de tais instrumentos de representação espacial (Herlihy e Knapp, 2003), bem como também um novo espaço de intervenção para as referidas agências de desenvolvimento.

Experiências pioneiras de mapeamento participativo e uso de um Sistema Participativo de Informações Geográficas (SPIG) remontam ao Canadá de três décadas atrás (Candler et alli, 2006). O primeiro estudo sistemático reconhecido como uma forma de SPIG foi o *Inuit Land Use and Occupancy Project* (Projeto de Uso e Ocupação de Terras pelos Esquimós). Nesse projeto, centenas de esquimós foram entrevistados no início dos anos setenta, o que resultou em mais de duzentos mapas de atividades sazonais de subsistência. Esta experiência foi logo seguida pelo trabalho de Hugh Brody e a *Union of BC Indian Chiefs*

(União de Chefes Índios da Columbia Britânica - CB) na área do Tratado Oito¹⁰ que atualmente constitui a região nordeste da Columbia Britânica (CB). Esse mapeamento resultou na publicação do livro *Maps and Dreams* (Mapas e Sonhos) e sinalizou o começo do SPIG na área do Tratado Oito. Para Candler et alli (*op. cit.*), embora a história do mapeamento participativo sob o Tratado Oito não tenha se dado sem problemas, o Nordeste da Columbia Britânica apresenta uma longa história de aplicação contínua do SPIG. Essa experiência de mapeamento participativo, ou de Estudo dos Usos Tradicionais (EUT), como é mais conhecido nessa região, influenciou o desenvolvimento desta prática no Canadá e em outros lugares. Isto fez com que a área abrangida pelo Tratado Oito CB se tornasse uma localidade-chave para o aprendizado do mapeamento participativo e do SPIG como práticas contínuas e, como sugerem os mencionados autores, “sustentáveis”¹¹.

A partir dos anos 2000, constituem-se no mundo diversas redes, grupos e “comunidades” envolvidas com o uso de SIG e de mapeamentos que se afirmam participativos, constituindo uma espécie de “sub-campo” da cartografia participativa no campo mais amplo das práticas da representação cartográfica. Este sub-campo da cartografia participativa constituiria o domínio social delimitado por premissas institucionais, culturais e cognitivas, onde atores sociais orientam estrategicamente suas ações disputando legitimidade no âmbito das representações espaciais. Neste sub-campo constroem-se fronteiras simbólicas, técnicas e morais com relação a outras práticas organizadas, configurando certa perícia legitimada, redes inter-pessoais e organizacionais, distribuição de recursos e regras internas de jogo. Tendo como referência o campo da produção cartográfica, este sub-campo caracteriza-se pelo fato de nele certos empreendedores institucionais empenharem-se em problematizar a cartografia convencional promovendo as

¹⁰ O Tratado Oito se refere ao acordo assinado em 1899 entre as Primeiras Nações (título comum usado no Canadá para descrever as diversas sociedades de povos indígenas da América do Norte que não são de descendência de Esquimós ou Metis) do Norte de Alberta, Nordeste de Saskatchewan, a região sudoeste dos Territórios Noroestes, e a Rainha da Inglaterra. Ele foi seguido por Adesões na parte nordeste da Columbia Britânica em 1900. O Tratado Oito abrange terras de área total de aproximadamente 840.000 quilômetros quadrados onde estão domiciliadas 39 comunidades das Primeiras Nações.

¹¹ Chapin et alli (2005) têm visão semelhante, afirmando que o mapeamento de terras indígenas para a garantia de posse, manejo de recursos naturais e para o fortalecimento de determinadas culturas é um fenômeno recente, iniciado no Canadá e no Alasca nos anos 1960 e, em outras regiões, ao longo da última década e meia.

tecnologias do mapeamento dito participativo, alegando sua autoridade/perícia legítima para fazer valer as reivindicações sobre territórios e seus recursos por parte de populações locais. Dada a especificidade das linguagens técnicas, reconhece-se que o controle comunitário e o sentido de propriedade sobre os mapas podem ver-se debilitados, havendo o risco de que ONGs que fornecem apoio técnico considerem que são elas as donas dos mapas, e não os moradores do local (Colchester, 2002). Apesar disso, os mapas comunitários têm sido avaliados por diferentes autores como ferramentas úteis para mobilizar a população e gerar debates locais sobre demanda por terras, como, também, para planificar o manejo dos recursos naturais e afirmar a relevância do conhecimento tradicional (Colchester, 2002; Sieber, 2006; CHAPIN, Mac et al. 2005).

São múltiplas as tramas territoriais, fundiárias, étnicas e políticas sobre as quais as iniciativas deste tipo de mapeamento têm se realizado no mundo. No caso da África do Sul, por exemplo, elas foram desenvolvidas no contexto da reconstituição da geografia histórica dos deslocamentos forçados de população operados no tempo do *apartheid*, na definição de potenciais socio-ecológicos do solo, em políticas de acesso à terra, água e recursos em biomassa, assim como políticas de desenvolvimento requeridas para os usos tidos como apropriados da terra (Weiner et al. 1995). No Cameroun, buscou-se identificar os recursos espaciais em suas relações com as regras de uso da terra e de manejo dos recursos por cada grupo familiar na interface agricultura-floresta. No Zimbábue, para obter informações dos residentes a respeito das mudanças no uso do solo em suas implicações para a cobertura florestal das margens dos rios e as enchentes decorrentes. Em Moçambique, os mapas fizeram parte de uma luta cadastral, onde recursos foram tornados visíveis, tanto tendo em vista assegurar as demandas locais, como para ser objeto de investidas do mercado na perspectiva de seus usos turísticos. Nas Filipinas, buscou-se o reconhecimento de domínios ancestrais assegurados por um novo instrumento legal relativo aos direitos dos povos indígenas. Na República Dominicana, procurou-se caracterizar o papel específico das mulheres no cultivo da diversidade biológica. Em Chiapas, no México, fez-se o zoneamento camponês de áreas de flora e fauna. Na Indonésia, tratou-se de assegurar os direitos territoriais de povos tribais reclamados com maior visibilidade a partir do final do regime ditatorial de Suharto. Na Tailândia, buscou-se aumentar a segurança de posse da

terra e acesso a recursos naturais por grupos socioculturais com territorialidades fluidas e complexas. Em Sarawak, Malásia, e Kalimantan, Indonesia, buscou-se evidenciar a diversidade da paisagem rural e dos direitos costumeiros, em contra-mapeamentos destinados a proteger territórios indígenas do avanço das monoculturas. No Rajesthan, Índia, empregou-se o mapeamento para manejar conflitos por uso da terra, enquanto em New Delhi, para o planejamento da oferta de serviços de água e infra-estrutura em assentamentos informais urbanos. Na Guatemala, foram feitos mapeamentos dos locais em que houve massacres perpetrados contra a população durante a guerra civil, de modo a abrir espaço para a cultura dos direitos humanos no país. Em todos esses exemplos, podemos verificar a importante correlação entre conjunturas macro-políticas, contextos territoriais conflituosos e processos localizados de organização de sujeitos de grupos sociais e étnicos subalternos.

O caso brasileiro

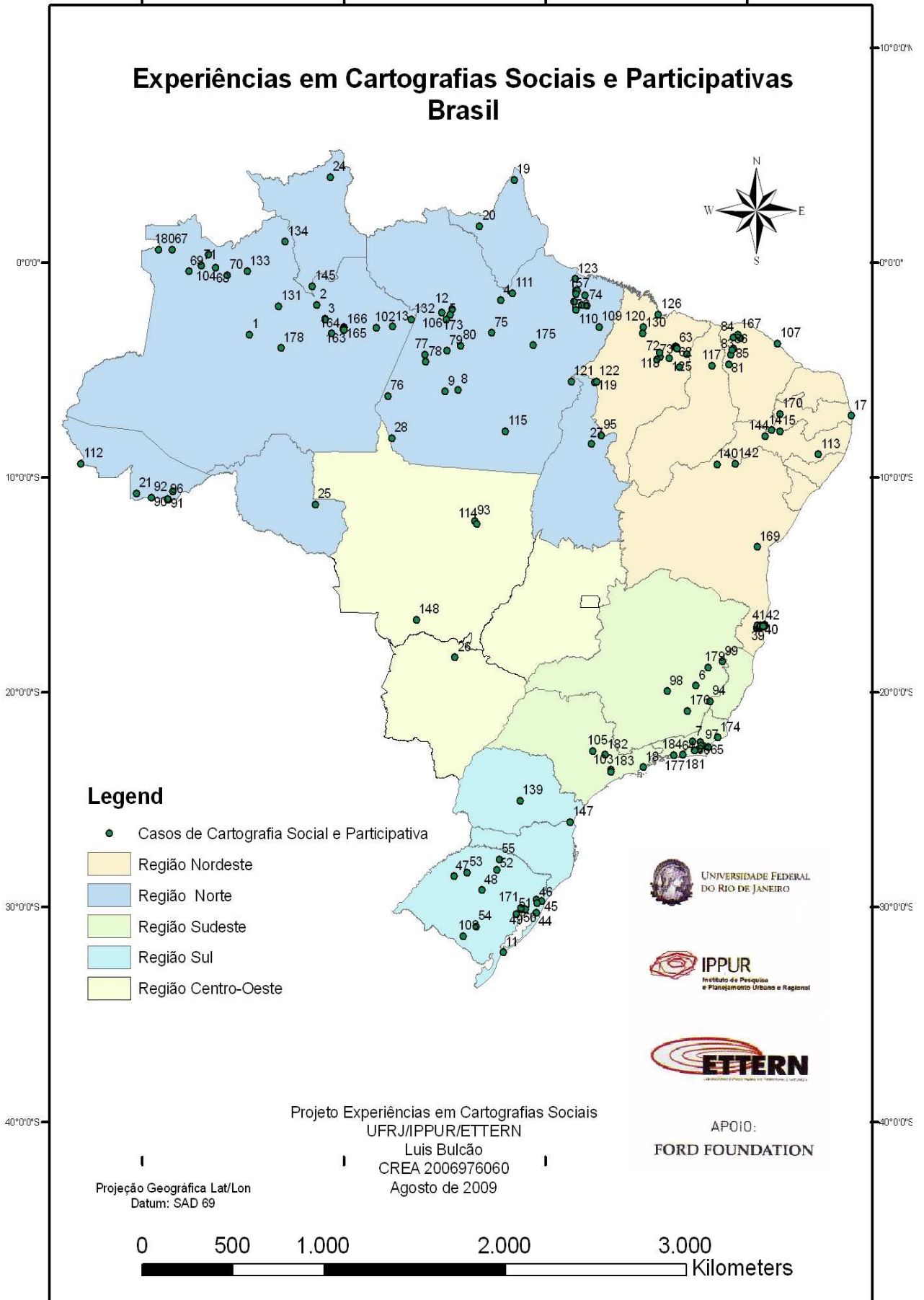
Observando os mapeamentos com envolvimento de populações locais realizados no Brasil, algumas terminologias poderiam ser acrescentadas àquelas verificadas no âmbito internacional, como por exemplo: “levantamentos etnoecológicos”, “mapeamento etno-ambiental dos povos indígenas”, “mapeamento dos usos tradicionais dos recursos naturais e formas de ocupação do território”, “mapeamento comunitário participativo”, “mapeamentos culturais”, “macrozoneamento participativo”, “etnozoneamento”, “etnomapeamento”, “diagnóstico etnoambiental” e “cartografia social”, entre outros. Variações estratégicas e metodológicas subjazem, é claro, a todas essas terminologias (Correia, 2007).

Num levantamento realizado até agosto de 2009, foram identificadas 181 experiências em que grupos indígenas, comunidades quilombolas, pequenos produtores e extrativistas, membros de associações de moradores urbanos foram envolvidos em práticas de mapeamento dos territórios em que vivem e trabalham. Segundo a classificação de seus próprios promotores, estas atividades foram em sua maioria associadas à delimitação de territórios e territorialidades identitárias, a dar elementos para uma discussão sobre desenvolvimento local, oferecer subsídios a planos de manejo em unidades de conservação

e a promover o etnozoneamento em terras indígenas. Os projetos no âmbito dos quais tais mapeamentos se deram começaram a ser desenvolvidos no início dos anos 1990, apresentando uma proliferação particular nos anos de 2005 e 2007.

70°0'0"W 60°0'0"W 50°0'0"W 40°0'0"W

Experiências em Cartografias Sociais e Participativas Brasil



Legend

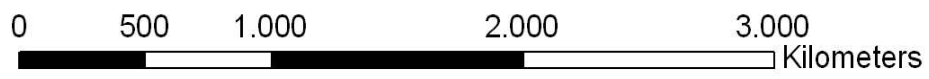
- Casos de Cartografia Social e Participativa
- Região Nordeste
- Região Norte
- Região Sudeste
- Região Sul
- Região Centro-Oeste



Projeto Experiências em Cartografias Sociais
 UFRJ/IPPUR/ETERN
 Luis Bulcão
 CREA 2006976060
 Agosto de 2009

APOIO:
 FORD FOUNDATION

Projeção Geográfica Lat/Lon
 Datum: SAD 69



A análise das experiências de mapeamento participativo no Brasil revela, por certo, apropriações muito distintas desta prática. Três experiências originais, em certa medida “paradigmáticas” e, no Brasil, inaugurais, são destacadas a seguir: os mapeamentos atrelados que precederam e deram base à instituição formal da figura das reservas extrativistas; o conjunto de iniciativas conhecidas como “Guerra dos Mapas”, cujo pressuposto fundamental foi o de contribuir para a afirmação territorial de grupos sociais atingidos pelo Projeto Grande Carajás; e o Projeto Mamirauá, calcado em um envolvimento das comunidades da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá para fins de manejo e preservação da biodiversidade.

As reservas extrativistas

As Reservas Extrativistas são espaços territoriais protegidos pelo poder público e destinados à exploração por populações que utilizam tradicionalmente recursos de base extrativa, reguladas por contrato de concessão real de uso, mediante plano de utilização aprovado pelo órgão responsável pela política ambiental brasileira – o IBAMA (Allegretti, 1994, p. 19). Esta categoria de delimitação do território surgiu da busca de uma alternativa que promovesse a regularização fundiária de antigas áreas de seringais na Amazônia, respondendo ao mesmo tempo às demandas de grupos locais por melhores condições de vida. Foi elaborada no contexto do confronto entre pequenos produtores e extrativistas com os grandes interesses econômicos em expansão na fronteira, sob a ação do incentivo governamental à “integração nacional da Amazônia”. A proposta surgiu de grupos locais da Amazônia, sendo incorporada aos poucos pelo poder público, que a integrou ao Programa Nacional de Reforma Agrária em 1987 e a partir de 1989, no Programa Nacional de Meio Ambiente (Allegretti, 1994, p. 19).

As reservas extrativistas (RESEX) começaram a ser instituídas em 1986. No estudo dos processos de fabricação de um artefato como as Unidades de Conservação, lembra-nos Barretto Filho (2001), cabe considerar “as atividades materiais e os processos simbólicos progressivos que transformam tanto as propriedades socialmente significativas ou as capacidades operacionais dos objetos, quanto os aspectos significativos das relações entre

pessoas e coisas, entre o mundo humano e o material”. Dessa perspectiva, a fabricação de uma Unidade de Conservação abrange o que está aquém e além do ato do poder público que a(s) cria.(Barretto Filho, 2001, p. 41-42). “Dos gabinetes dos órgãos governamentais responsáveis pela política de conservação da natureza até a concretização jurídica, política e administrativa de uma UC, há uma longa trajetória em que inúmeros fatores intervêm” (Barretto Filho, 2001, p. 29). Há indicações, por sua vez, de que “aquém” do ato público de criação das Resex, ou seja, antes mesmo dos gabinetes dos órgãos governamentais responsáveis pela política de conservação da natureza concretizarem jurídica, política e administrativamente uma Unidade de Conservação, inúmeros fatores antecedentes intervieram em sua gestação. Entre eles, como veremos no caso da Reserva Extrativista, emergiu a atividade de auto-mapeamento por parte dos grupos seringueiros.

Eis que, segundo o roteiro para a criação e legalização das reservas extrativistas, o primeiro passo para a sua criação é uma solicitação formal dos moradores da área para que a Unidade de Conservação seja criada. No caso das atividades dos seringueiros, que estiveram na origem de tal forma territorial, tratou-se de delimitar um perímetro em torno a um conjunto de “colocações”, respeitando os limites previamente existentes dos antigos seringais (Allegretti, 1994, p. 26). Esta territorialidade seringueira teve de ser objeto de mapeamento por parte dos próprios seringueiros, no momento mesmo em que se inauguravam as demandas pela criação das reservas extrativistas.

Segundo relato de Allegretti (2002), tendo o movimento dos seringueiros decidido pela criação das reservas como estratégia de articulação entre reforma agrária e proteção da floresta, passou-se a uma discussão sobre o modo de apropriação da terra e a localização preferencial das reservas. Em reunião realizada em 8 de dezembro de 1985, os extratos de falas, que abaixo reproduzimos, foram então registrados:

“Chico Mendes: Eu acho que, primeiramente, as áreas onde se criariam as reservas, seriam as áreas de conflito, onde os conflitos são evidentes e o pessoal está resistindo. (...)

Osmarino Amâncio: Acho que o mapeamento tem que ser feito pelo Conselho e os assessores e as Reservas Extrativistas têm que ser onde tem seringueiro, onde tem seringa, onde tem castanha.”

Verificamos assim que a idéia de auto-mapeamento da territorialidade seringueira esteve na origem da disputa pela terra e pelas modalidades de seu uso, no contexto amazônico, no período de democratização que se seguiu à ação do desenvolvimentismo autoritário dos anos 1970, assim como na busca de institucionalização de direitos que procuravam assegurar o acesso dos pequenos produtores extrativistas à sua base de recursos.

Guerra dos Mapas

A partir de 1990, tem início uma série de experiências de mapeamento com comunidades que vivem na região de abrangência do Programa Grande Carajás (PGC). Procurou-se então identificar e sistematizar os diferentes tipos de conflitos na região: em torno das áreas das UC – unidades de conservação ambiental, das RESEX- reservas extrativistas, das TI – terras indígenas, em torno das áreas reservadas militares, das áreas concedidas, adquiridas e das pretendidas pela Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), das reservas garimpeiras e das províncias auríferas, das áreas desapropriadas para projetos agrícolas e cooperativas, além dos conflitos situados em pontos variados nos territórios de grande predominância de babaquais e castanhais, bem como a resistência dos ocupantes das terras que eram ocupadas tradicionalmente há muitas gerações, conhecidas como terras de preto, de santo, da igreja e de índio.

Em 1993, realizou-se o Seminário Consulta “Carajás: Desenvolvimento ou Destruição” com a presença de militantes e assessores de entidades populares e confessionais, e de sindicatos de trabalhadores, do qual resultou a publicação de mapas construídos com a participação das populações envolvidas e do livro “Carajás: a Guerra dos Mapas” (Almeida, 1993).

Segundo Almeida (1993), o conjunto de representações cartográficas produzidas sobre a Amazônia e sobre a região de abrangência do PGC, envolvendo diferentes instituições

(RADAM, GETAT, FIBGE, DSG, SUDAM, CVRD, IDESP) pareciam então apresentar-se como medida básica de controle territorial pelos aparatos de Estado. “Para organizar territorialmente uma região instituída por decreto, as cláusulas primeiras tratam de fornecer antes de mais nada as coordenadas geográficas imprescindíveis à construção da base cartográfica. Não são outras as disposições iniciais do Decreto-lei nº 1.813 de 24 de novembro de 1980, que institui o Programa Grande Carajás¹². Delimitam um espaço supostamente homogêneo, instituído para fins administrativos, financeiros e fiscais. O estoque territorial considerado necessário a um grande programa oficial é, assim, produto de imposição. O ato jurídico, mais que configurar a área decretada, legaliza o arbitrário desta base cartográfica, que não é explicável por fatores físicos como clima e relevo” (Almeida, 1993).

Tal medida não parecia exatamente organizar a ação específica dos aparatos de Estado, mas de uma complexa coalizão de interesses entre empresas mineradoras, siderúrgicas, reflorestadoras, fábricas de cimento, madeireiras, carvoarias e indústrias de refino de óleos vegetais e de celulose, coalizão esta beneficiária de incentivos fiscais e creditícios, desenhando um mapa de empreendimentos que tinha na atividade extrativa mineral e nas suas ramificações o eixo central. O estatuto de “região” atribuído a Carajás possui o caráter, intrínseco a esta própria definição, de uma delimitação geograficamente arbitrária, de inspiração econômica e balizada juridicamente para assegurar a exploração de recursos minerais estratégicos, subordinando às suas diretrizes os demais processos produtivos. “Pode-se dizer, neste sentido, que ela é colidente e externa aos segmentos camponeses e aos povos indígenas, cuja existência coletiva configura territórios específicos (terras de uso comum, terras indígenas, “posses itinerantes”, terras apropriadas em caráter contingencial ou permanente por grupos domésticos que exercem formas de cooperação simples), resultados de práticas de afirmação étnica e política. Há, pois, uma contradição básica entre a região instituída e a constituição destes referidos territórios.” (Almeida, 1993)

¹² O Projeto Grande Carajás (PGC) foi um projeto de exploração mineral, implantado entre 1979 e 1986, na mais rica área mineral do planeta, situada na Amazônia brasileira, estendendo-se por 900 mil km² pela então empresa estatal brasileira Companhia Vale do Rio Doce.

As forças sociais subjacentes à capacidade de configurar representações cartográficas e de delimitá-las se confrontam nos desdobramentos desta contradição entre *região* e território. As superposições de domínios, as denominadas “invasões” e os intrusamentos materializam interesses divergentes, manifestos em cada situação concreta, e explicitam a luta por uma definição legítima capaz de fazer valer suas pretensões. “É lícito, neste contexto, imaginar uma guerra de mapas como símbolo do estado de tensão e beligerância. Afinal, os extermínios, os massacres e os genocídios, ao destruir a possibilidade da existência coletiva, também significam metaforicamente ‘apagar do mapa’, que seria um eufemismo indicativo da supressão do território do outro”. (Almeida, 1993).

Desta maneira, “o mapa produzido no contexto do Seminário-Consulta rompeu com a ideologia do ‘arquivo morto’, própria da rotina das instituições oficiais, e busca divulgar informações essenciais a molde de um banco de dados dinâmico, ‘vivo’, que pode ir sendo complementado localmente por trabalhadores rurais, garimpeiros, pescadores, colonos e indígenas, bem como pelas entidades de apoio, locais ou confessionais, pelas cooperativas e pelos sindicatos. Este mapa, ao contrário de uma realidade fixa ou de uma imagem congelada, se pretende em movimento, sendo redesenhado sucessivamente consoante o ponto de vista dos povos indígenas e dos segmentos camponeses dispostos em situações críticas de conflito ignoradas pelos planejadores oficiais. Sua configuração exprimiria sempre alterações na correlação de forças entre aqueles segmentos sociais citados e os interesses que lhes são historicamente hostis, abrindo portas para incorporar uma recente ‘ocupação’, a homologação de uma área indígena ou mesmo sua auto-demarkação, uma desapropriação por interesse social, os registros de homicídios dolosos em conflitos agrários ou a fundação de mais uma cooperativa de pequenos produtores agrícolas e extrativistas” (Almeida, 1993).

A construção do processo de inclusão dos grupos envolvidos na produção cartográfica partiu do pressuposto de que os sujeitos sociais são capazes de se familiarizar com a idéia do mapa e com o repertório de informações nele contido. Tal dinâmica, no entanto, só se mostrava possível, caso se conseguisse aproximar a representação espacial dos segmentos camponeses daquela reproduzida em termos do mapa proposto. “As sucessivas reuniões nos

chamados *encontros de base* tentaram recuperar as reações frente à representação gráfica disposta sobre a mesa ou fixada numa parede, com o propósito de perceber em que medida os camponeses se sentiam ali representados” (Almeida, 1993).

Os trabalhos iniciados a partir da Guerra dos Mapas lançaram as bases para outro projeto desenvolvido a partir de 2004, com financiamento da Fundação Ford, o projeto Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil, que, no que se refere à região amazônica, assume o nome de Nova Cartografia Social da Amazônia. Com o objetivo de produzir interpretações da problemática social, econômica e ecológica, levando em consideração a experiência dos atores sociais envolvidos, são realizadas oficinas de cartografia, levantamentos documentais, cursos introdutórios à linguagem cartográfica formal, orientação e localização geográfica pelo uso de equipamentos técnicos como GPS. Até meados de 2008, haviam sido lançados em torno de 60 fascículos com as informações adquiridas através do diálogo com grupos de mulheres quebradeiras de côco, comunidades negras e indígenas, homossexuais, extrativistas, ribeirinhos, pescadores, colonos, entre tantos outros. Os materiais produzidos constituem documentos que ajudam a embasar tais atores em situações de conflito.¹³

O Projeto Mamirauá

Enquanto as iniciativas de mapeamento realizadas na área de abrangência do Programa Grande Carajás tiveram como foco contribuir para organizar as comunidades envolvidas na disputa pelos territórios em que viviam, o Projeto Mamirauá, iniciado formalmente em 1992 e desenvolvido na Reserva de Desenvolvimento Sustentável de mesmo nome, buscou utilizar o mapeamento participativo como subsídio aos planos de manejo florestal comunitário nesta Unidade de Conservação (UC), enunciando como seu pressuposto fundamental a preservação da biodiversidade.

O Projeto está localizado na confluência dos rios Solimões e Japurá, nas proximidades da cidade de Tefé, no estado do Amazonas. Em 1996, a Reserva de Desenvolvimento

¹³ Disponível em <http://www.fapespa.pa.gov.br/index.php?q=node/255> .

Sustentável (RDS), então uma nova categoria de unidade de conservação ainda inédita no país, foi criada no Estado do Amazonas, e, em 2000, incorporada ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). A Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá foi a primeira unidade de conservação desta categoria implementada no Brasil, tendo servido de modelo para as que surgiram posteriormente (Queiroz, 2005). Este tipo de área protegida de uso sustentado tem como objetivo básico promover a conservação da biodiversidade e, ao mesmo tempo, assegurar as condições e os meios necessários para a reprodução social, a melhoria dos modos e da qualidade de vida por meio da exploração racional e sustentada dos recursos naturais por parte das populações tradicionais, além de valorizar, conservar e aperfeiçoar o conhecimento e as técnicas de manejo do ambiente desenvolvido por estas populações (Brasil, 2000 apud Queiroz, 2005).

O mapeamento participativo na RDSM teve como objetivo a identificação dos usos tradicionais, e também a identificação de potenciais conflitos entre assentamentos humanos, e conflitos entre os interesses da população e os resultados das pesquisas ambientais desenvolvidas (Queiroz, 2005). Além disso, propôs-se a ser utilizado principalmente como um instrumento para a definição das áreas para o manejo florestal comunitário. Durante esta experiência, busca-se paralelamente incentivar o sentido comunitário do manejo florestal, levantar questionamentos, esclarecer dúvidas e avaliar o grau de interesse e envolvimento dos comunitários com relação ao manejo. É utilizado um modelo de metodologia replicado em reuniões nas comunidades. As propostas de cada comunidade são negociadas em uma reunião de setor, programada especialmente para esta finalidade. O produto final é a elaboração do Mapa Oficial de Uso Sustentado dos Recursos Florestais do Setor, onde consta a demarcação das áreas de manejo florestal de cada comunidade e a área a ser manejada no ano I de implantação do manejo florestal comunitário.¹⁴

Para Inoue (2007), algumas condições facilitadoras permitiram ao Projeto Mamirauá deslançar, dado um contexto favorável, nacional e internacionalmente. “No nível doméstico, a redemocratização favoreceu a ascensão das ONGs no cenário político nacional, as quais, por sua vez, contribuíram para colocar mais peso nas questões

¹⁴ Disponível em <http://www.mamiraua.org.br/pagina.php?cod=39&xcod=9>.

ambientais. Havia também pressões externas de governos, indivíduos e ONGs preocupadas com a floresta amazônica. Por outro lado, deve-se notar que indivíduos e ONGs de vários países, inclusive Brasil, estavam conectados por redes ambientalistas transnacionais, que foram fundamentais para a questão ambiental ganhar força globalmente”. A ascensão da questão do meio ambiente ao topo da agenda política internacional nos anos 1990 refletiu-se na oferta de fundos para projetos na área ambiental. “Assim, as agências de cooperação técnica internacional de vários países do Norte, bem como aquelas vinculadas às Nações Unidas, aumentaram ou reestruturaram os seus programas na área ambiental. Além disso, as ONGs internacionais ganharam maior projeção e capacidade de financiamento de projetos” (Inoue, 2007).

Quem mapeia quem

No debate internacional, Colchester (2002) destacou um certo número de dificuldades associadas aos exercícios de mapeamento por grupos identitários e não especialistas. A primeira delas é que eles podem tender a congelar o que, na verdade, são fronteiras e sistemas de uso da terra instáveis. Via de regra, são traçadas rígidas linhas delimitadoras, onde, na verdade, podem prevalecer fronteiras imprecisas e ambíguas. Ademais, os mapas podem não só incluir - de forma mais ou menos bem-sucedida - os conceitos dos mapeadores da comunidade, mas, também, excluir os de quem não participa, quer pessoas das comunidades (com frequência, mulheres) ou das áreas em questão (geralmente, grupos com situação social subalterna), como, também, grupos localizados nas fronteiras (comunidades vizinhas e interligadas).

Quanto à utilização dos SIG nestes processos, Sieber (2006) sustenta que existem argumentos questionando a possibilidade de que eles possam garantir o ‘empoderamento’ em um processo particular de tomada de decisões, ou ainda que a informação espacial, divorciada de seu contexto sociopolítico, possa aumentar o conhecimento acerca dos processos que pretende descrever. Uma crítica mais substantiva sustenta que os SIG são um instrumento de controle do capital e da vigilância governamental. Para esta perspectiva, o uso da tecnologia pode levar à ilusão do controle sobre a tomada de decisões, enquanto o

verdadeiro controle permaneceria com os grupos dominantes, desviando movimentos sociais e grupos de base de estratégias comprovadas de ativismo e afastando os questionamentos acerca da estrutura mais geral de formulação de políticas e distribuição do poder (Sieber, 2006). Assinala-se, igualmente, que os projetos de desenvolvimento que utilizam a linguagem da “participação” para organizar as populações nas atividades de gestão dos recursos naturais criam situações no mínimo ambíguas em termos de mobilização coletiva, porque elas reforçam muitas vezes as relações de dominação existentes, mais do que as modificam. (Boutinot, 2004, Lavigne Delville, 2000).

A noção de mapeamento participativo surge, pois, com a marca desta ambigüidade: construída para dar a palavra às comunidades de base e grupos desfavorecidos – integrando, inclusive, segundo alguns, um projeto territorializado de contra-cultura política - sua realização mostra-se dependente da estrutura de poder na qual ele se instaura. No vasto espectro de experiências identificado, podemos verificar como, no Brasil, as experiências podem estar associadas à afirmação identitária e territorial de grupos subalternos, como à fundamentação cognitiva da gestão racional de recursos naturais, a formas de explicitação de conflitos sócio-territoriais ou a formas de antecipação dos mesmos para fins de controle estatal do território.

É importante, por essa razão, buscar caracterizar a natureza das tramas territoriais subjacentes às práticas de mapeamento, a trama propriamente cartográfica em que estão envolvidos os distintos sujeitos dos mapeamentos, e, por fim, a interação entre esses dois planos, o da disputa cartográfica e o da disputa territorial. Para clarificar o sentido dos esforços realizados em nome de uma democratização das políticas cartográficas, caberá perguntar: qual é a ação política a que o gesto cartográfico serve efetivamente de suporte e quem é o sujeito do mapeamento? Esta ação política terá, em permanência, que ser esclarecida nos termos das linguagens representacionais, das técnicas de representação e dos usos dos resultados, assim como, da trama sócio-territorial concreta sobre a qual ela se realiza. Pois se o “mapeamento participativo” se pretende parte de um contra-projeto visando a questionar os pressupostos ocultos da ciência da informação geográfica no que diz respeito a seus efeitos sociais, o cumprimento do que promete deveria resultar em processos concretos de democratização do território e do acesso a seus recursos e não à

configuração de uma simples expressão espacial da ideologia do desenvolvimento, que se quer, desta feita, participativo.. É na pretensão de problematizar a questão dos sujeitos na promoção de experiências ditas de “mapeamento participativo” e de “cartografia social” que elencamos as questões a seguir:

a- O reencantamento dos mapas como parte da politização das lutas identitárias e da afirmação de sua expressão territorial.

A territorialidade, enquanto “imagem” ou símbolo de um território, pode inserir-se eficazmente numa estratégia político-cultural” (Araújo-Haesbert, 2007, p. 41). A produção de mapas, no caso, propõe uma forma de controle simbólico e, no sentido lefebvriano, de apropriação do espaço, que articula-se a disputas territoriais por dominação de espaços concretos (Lefebvre, 1974). Quando apresentam concepções alternativas de território, os sujeitos da cartografantes põem, pois, em ação uma política cultural (Alvares, Dagnino. Escobar, 2000, p. 25), através da qual lutam por manter a especificidade de seus grupos sociais, flexionando os sistemas de classificação dos territórios, marcando diferenças culturais e construindo signos identitários de pertencimento de maneira relacional e contrastiva (Araújo-Haesbert, 2007, p. 98). Assim, a identidade social destes grupos constitui-se também como identidade territorial, pois o referente simbólico de sua construção perpassa o território (Haesbert, 2004, p. 89 apud Araújo- Haesbert, 2007, p. 104). Por tais identidades coletivas, estes sujeitos politizam não só as nomeações da vida cotidiana, mas também as prática rotineiras de uso da terra, remetendo a relações determinadas que estabelecem com a natureza. (Almeida, 2004 p. 167). Na luta pelo reconhecimento de distintas formas de expressão territorial, tratar-se-á da transformação de “comunidades de vida” em “comunidades de destino” (Bauman, 2005), fazendo o território representado parte da performance de um projeto de afirmação de um modo de percepção legítimo da divisão social do território. Como assinala Santos (2000, p.224), “os mapas são um campo estruturado de intencionalidades, uma língua franca que permite a conversa sempre inacabada entre representação do que somos e a orientação que buscamos. De nada valeria mapas se não houvesse viajantes para os percorrer”.

Na história dos mapas, durante a Idade Média, a cartografia encantada (ou fantástica) produzia mapas a partir do pensamento religioso, que reuniam o “real” e o imaginário, o físico e o encantado, os seres existentes e os seres que existiam apenas na mente dos homens. A Europa expandiu seus domínios e, junto com as grandes navegações, procedeu a um desencantamento da cartografia. Esta deixou de ser encantada ou fantástica para ser científica. Para Vianna (2009), mais recentemente, no auge do “objetivismo” cartográfico, com a popularização dos instrumentos de informação geográfica, estaria ocorrendo um reencantamento da cartografia, com a produção de mapas que recuperam no conhecimento tradicional espacial, o simbólico, as identidades existentes ou recriadas e suas territorialidades. Mas não se pode esquecer que o acento sobre a dimensão simbólica presente na idéia de reencantamento não elimina o peso histórico de uma cartografia que “serve para continuar a guerra por outros meios” (Revel: 1989, p. 148), sendo relativamente “curta a distancia entre a ilustração, a apologia e os traçados exigidos pela conduta da guerra” (Siestrunck, 368).

A forma traçada no mapa oferece, pois, um padrão sócio-territorial que afirma um padrão representacional próprio aos grupos que reclamam reconhecimento e contesta o padrão espacial – e a ordem social subjacente - dos mapas estatais, administrativos e de localização de recursos. Mas não se pode esquecer que este “reencantamento” faz parte de uma política de reconhecimento, em que a estrutura narrativa do mapa revela uma relação direta entre conflito territorial e forma estética. Pois conforme D’Arcy Thompson, “a forma de todo objeto concreto pode ser sempre descrita como o resultado da ação de uma força”¹⁵. Ou seja, a expressão simbólica e a forma gráfica dos mapas constituem um diagrama de forças¹⁶, tal como o exprime a narrativa de um dos promotores do projeto Nova Cartografia Social. “O fato de se marcar e cartografar um território dentro da cidade é uma guerra, é uma luta no plano das classificações”, tendo na escolha representacional, prevalecido “aquilo que eles achavam que tinha força”¹⁷.

¹⁵ D’Arcy Thompson, *On Growth and Form* apud, Franco Moretti, *A Literatura Vista de Longe*, Ed. Arquipélago, Porto Alegre, 2008, p. 96.

¹⁶ Moretti, Franco. *A Literatura Vista de Longe*, Ed. Arquipélago, Porto Alegre, 2008, 107.

¹⁷ Seminário Cartografias Sociais e Território, IPPUR/UFRJ, Rio de Janeiro, transcrição, dezembro de 2008.

b) a geopolítica da rede de relações e agências: as modalidades distintas de vínculos

Uma análise crítica da produção cartográfica não pode desconhecer que o ato de produzir um mapa encerra um ato de classificação, de modo que as divisões do espaço nele objetivadas jamais podem ser pensadas como simples materialização de uma realidade tida como objetiva ou dada pela natureza. A análise crítica da produção cartográfica não prescinde dos princípios de classificação que lhes são subjacentes, porquanto sejam estes que orientam todo o trabalho de construção das representações cartográficas. De outra parte, enquanto ato de classificação, o trabalho de divisão do espaço encontra-se encerrado num embate de forças, isto é, encontra-se referido a uma disputa pela imposição da classificação legítima. Isto significa que os referidos princípios de classificação são atualizados por agentes referidos a um determinado sistema de forças. Deste modo a reflexão sobre a produção cartográfica deve incidir tanto sobre os princípios de classificação acionados para dividir o espaço, quanto deve perscrutar quem produz o mapa, de onde produz e para que fins o produz. Para além dos símbolos gráficos explicitados nos mapas há, pois, um conjunto de práticas e representações sociais implícitas ao trabalho de produção cartográfica a interpelar a reflexão crítica sobre a produção cartográfica¹⁸.

Numa primeira aproximação observa-se que as iniciativas de “mapeamento participativo” estão referidas a um conjunto de intervenções políticas, sociais e de planejamento que integram o conjunto dos projetos que as inspiram. Tais projetos são promovidos por agentes e sistemas de agentes referidos a agências governamentais, ONG’s, entidades de representação e associativas, agências de produção de conhecimento científico - um conjunto heterogêneo de instituições que, articuladas entre si, instituem redes de relações cuja trama é difícil desenredar. Isto é, os tipos de vínculo que tais agentes e agências

¹⁸ A esse respeito parecem sugestivas as considerações de Yves Lacoste e M. Foucault, embora Lacoste ao tomar como ponto de partida de suas análises o fato de a geografia servir inicialmente para “fazer a guerra” busca evidenciar não apenas que a geografia serve para conduzir operações militares, mas que ela serve também para organizar territórios. Isto é, ressalta que como instrumento de poder a geografia se presta não somente como previsão das batalhas que é preciso mover contra este ou aquele adversário, mas através dela exercita-se com eficácia o controle dos homens sobre os quais o aparelho de Estado exerce sua autoridade. Essa mesma perspectiva de análise é pontuada por Hérodote, interlocutor de Foucault, ao indicar que a “geografia se desenvolveu à sombra do exército”. Em desdobramento Foucault atenta que o mapa como instrumento saber-poder atualiza três técnicas que apesar de terem se sucedido historicamente não permanecem isoladas umas das outras: medida entre os gregos, investigação na Idade Média e inquérito no século XVIII. (Foucault; 1993: 162)

estabelecem entre si através dos designados “apoios”, “parcerias”, “consórcios” “financiamentos”, “filiações”, dentre outras formas de articulação, permitem evidenciar feixes de relações, que se compõem e se decompõem, desenhando tramas sociais que colocam em suspenso as unidades coesas sugeridas pelas propostas e execuções de cada projeto. Além disso, as proposições, os objetivos expressos (as designadas “missões”) e a história de atuação de cada uma das agências insinuam possíveis articulações, sugerem refrações ou indicam contradições.

A densidade e a complexidade das tramas sociais que tais feixes de relações permitem observar, variam consoante a natureza dos vínculos suscetíveis de serem estabelecidos entre as agências, e conforme as funções atribuídas a cada uma delas no que respeita à execução de dado projeto. Assim, as articulações estabelecidas entre determinadas agências implicam numa atribuição de funções distintas que hierarquizam as relações em jogo. Os designados “consórcios” podem eleger uma agência como “líder”, os vínculos referidos a articulação designada “apoio” sugerem encerrar uma relação intrinsecamente hierarquizada. Nas designadas “parcerias” há agências que assumem funções de teor mais genérico, isto é, elas podem ser apresentadas como “executoras” dos projetos ou como “articuladoras” da rede de relações delineada pelas agências, assim como podem assumir funções específicas, pontuais ou rigidamente determinadas.

Ademais, os significados das categorias que expressam as articulações entre agências favorecem reificações, porquanto eles implicam uma relação em tudo dinâmica e sofrem alterações de sentido conforme a posição das agências no sistema de relações hierárquicas. Isto significa que a atribuição da condição de parceiro varia segundo a perspectiva daquele que lhe imputa ou segundo a circunstância e a época (Nunes, 2008).

Emblemática da complexidade dessa trama hierárquica é a polêmica a respeito do chamado projeto *México Indígena*. Classificado por seus criadores como um protótipo das chamadas *Bowman Expeditions*¹⁹ da *American Geographical Society* (AGS), este projeto foi alvo de

¹⁹ Dobson, formulador do programa Bowman Expeditions, explica que “o atual projeto *México Indígena* foi estabelecido como o protótipo de um conceito mais abrangente cujo propósito seria combater a ‘ignorância

controvérsias que parecem indicar a possibilidade de existência de motivações ocultas, no qual o uso de SIG tem papel fundamental. O projeto foi acusado, em janeiro de 2009, por parte da Unión de Organizaciones de la Sierra Juárez (Unosjo), sediada no Estado mexicano de Oaxaca, de ser um foco de atividades de “geopirataria” e contra-insurgência com envolvimento do exército dos Estados Unidos, levando sete das nove comunidades zapotecas que o integravam a abandoná-lo. Segundo a Unosjo, uma equipe de técnicos chegou a Sierra Juárez, em 2006, para pedir ajuda para um projeto de mapeamento “participativo” intitulado *México Indígena*. O objetivo declarado da iniciativa seria documentar os impactos do programa governamental mexicano PROCEDE, que visa a transformação de terras comunais em propriedades privadas. Embora tenham sido mencionados outros colaboradores do projeto, como a American Geographic Society (através de Jerome Dobson, seu presidente), a Universidade do Kansas, a Universidade de Carleton, a Universidad Autónoma de San Luis Potosí e a Semanart (Secretaria de Medio Ambiente y Recursos Naturales), integrantes da Unión afirmaram que não foi mencionada a participação ativa da empresa de inteligência e tecnologia militar Radiance Technologies²⁰, nem que o financiamento fora fornecido pelo Foreign Military Studies Office²¹ (FMSO) do exército dos Estados Unidos. O projeto também foi acusado de integrar os *Human Terrain Systems*, financiados e sob supervisão do FMSO²², implementados nos últimos anos no Iraque e no Afeganistão com o objetivo de reunir informações sobre o chamado “terreno cultural”: cultura local, dinâmicas sociais, relações familiares, assim como também informações detalhadas acerca da geografia local, facilitando as ações das tropas norte-americanas nestes dois países (Coli, 2009).

geográfica’ em todos os setores da sociedade. Sob pleno financiamento, a AGS enviaria um professor de geografia e dois ou três graduandos para cada país do mundo por um semestre por ano, com as equipes se revezando em um ciclo de cinco anos para que cada país seja compreendido por cinco equipes diferentes. Cada equipe coletaria dados *open-source* (disponíveis, não-confidenciais) em SIG e conduziria um projeto de pesquisa escolhido pelo professor/pesquisador. Aliados em Forte Leavenworth (sede do *Foreign Military Studies Office*), Kansas, *venderam (marketed)* o conceito e financiaram o protótipo.” Fonte: <http://www.amergeog.org/bowman-expeditions.htm> . As Bowman Expeditions estão hoje presentes na Colômbia e nas Antilhas (ver <http://www.amergeog.org/bowman-countries.htm>).

²⁰ Ver, para mais informações, <http://www.radiancetech.com/> .

²¹ Trad.: Instituto de Estudos Militares Estrangeiros.

²² Ver *The Human Terrain System: A CORDS for the 21st Century*. Jacob Kipp, Ph.D.; Lester Grau; Karl Prinslow; and Captain Don Smith. *MILITARY REVIEW*. September-October 2006. Disponível em http://www.army.mil/professionalwriting/volumes/volume4/december_2006/12_06_2.html .

Os responsáveis pelas *Bowman Expeditions* e pelo projeto *México Indígena*, Dobson e Herlihy, respectivamente, negaram as acusações de que o projeto fizesse parte dos *Human Terrain Systems*, assim como negaram que as comunidades mapeadas no projeto não haviam sido informadas do financiamento do FMSO. Os mesmos, entretanto, empenharam-se em justificar o financiamento dado por instituições militares norte-americanas a pesquisas de cunho “acadêmico”. Em resposta conjunta²³ de professores e estudantes do *American Geographical Society Bowman Expedition México Indígena* às críticas ao projeto, afirmou-se que o programa *AGS Bowman Expedition* tem tentado apoiar e estimular o avanço do Departamento de Defesa dos Estados Unidos, ao qual o FMSO está vinculado, em sua “corajosa luta” contra “erros onerosos” causados pela “ignorância geográfica” de seus integrantes, assim como dos eleitores norte-americanos. Dobson procurou justificar os financiamentos de forma ainda mais enfática em sua resposta²⁴, considerando ser essencial que os geógrafos voltassem a se engajar na política externa dos EUA. Citando um artigo seu de 2005 intitulado sugestivamente como *The Dawning of the G-Bomb*²⁵, ele se pergunta como, por exemplo, tropas militares saberão onde atirar para evitar vítimas civis. Para o mesmo, “uma coisa é saber onde as bombas vão cair, algo que o GPS pode dizer, outra coisa é saber onde as pessoas estão, e isto exige um SIG.”

Herlihy e Dobson, em suas respostas às críticas, não parecem problematizar de forma consistente as conseqüências de se receber financiamentos de instituições que classificam os povos que desejam “empoderar” como ameaças à segurança nacional dos EUA. Sua preocupação se concentra fundamentalmente em afirmar que o financiamento do FMSO já era conhecido pelas comunidades indígenas desde o início e que o projeto *México Indígena*

²³ Disponível em http://www.colorado.edu/geography/class_homepages/geog_5722_s09/Herlihy_MexicoIndigenaBowmanEthics.pdf

²⁴ “Let the Indigenous People of Oaxaca Speak for Themselves.” Jerome E. Dobson. February 5, 2009. Disponível em <http://academic.evergreen.edu/g/grossmaz/BowmanEthics.doc>.

²⁵ Disponível em http://www.directionsmag.com/printer.php?article_id=853. Neste artigo, Dobson afirma ter liderado uma equipe, a partir de 1997, na elaboração do SIG *LandScan Global Population Database*, segundo ele, o mais preciso banco de dados populacional da Terra, utilizado na atual guerra no Iraque. Sua reflexão - também reproduzida em sua resposta às críticas - sobre esta “contribuição”: “*As horrifying as the fighting was in Iraq, I woke each morning knowing, at least, that our work had saved lives compared to what would have happened otherwise.*”.

não fazia parte dos *Human Terrain Systems*. Louis e Grossman (2009)²⁶, que presidem o *Indigenous Peoples Specialty Group of the Association of American Geographers* (AAG), comentam a controvérsia em artigo no qual afirmam que movimentos indígenas, que crescem em poder e tamanho na América Latina, têm se tornado, cada vez mais, alvos do exército e das agências de inteligência estadunidenses, que os considera uma ameaça, real ou potencial, à segurança nacional e aos interesses dos EUA. As preocupações dos povos indígenas com tais ações seriam particularmente compreensíveis em partes do continente onde os mesmos têm tido papel central no comando e substituição de governos, tais como Bolívia e Equador, e na liderança de rebeliões contra a globalização corporativa, a exemplo de Chiapas e Oaxaca. Além disso, movimentos indígenas têm sido frequentemente reprimidos, em países como Colômbia, Peru e México, por forças militares e policiais federais que recebem fundos do governo dos EUA. Louis e Grossman (2009) fundamentam estas preocupações ao destacar publicações do FMSO, como, por exemplo, um texto de 1999 intitulado *Insurgencies, Terrorist Groups and Indigenous Movements: An Annotated Bibliography*, assim como um livro de um pesquisador do FMSO que integrou a equipe do projeto *México Indígena*, que afirma que “o futuro centro gravitacional das lutas políticas armadas pode estar nas populações indígenas, nas gangues de jovens ou insurgentes”, e ainda, que a internet estaria sendo crescentemente utilizada por “rebeldes indígenas, feministas, encenqueiros...” (Demarest, 1998. *apud* Louis e Grossman, 2009.). Até mesmo Herlihy e Dobson, em relatório de 2006 sobre o primeiro ano do projeto *México Indígena*, feito para o FMSO e para a AGS com mais dois integrantes de sua equipe - chamada de maneira sintomática de *Radiance Research Team* em provável referência à empresa de tecnologia militar - assinalam que “regiões indígenas no México, assim como em várias partes da América Latina e ao redor do mundo, são onde rebeliões são fomentadas, onde as drogas são produzidas, onde os piratas de recursos operam, e onde as condições de pobreza e desespero levam às mais altas taxas de emigração.”²⁷ .

²⁶ “*Discussion Paper on Research and Indigenous Peoples*”. Renee Pualani Louis and Zoltán Grossman. 2009. Texto disponível em <http://academic.evergreen.edu/g/grossmaz/IPSG%20discussion%20paper.pdf> .

²⁷ “*México Indígena: Mexican Open-Source Geographic Information Systems (GIS) Project Final Report, Year One*”, By Peter H. Herlihy, Derek A. Smith, John H. Kelly, Jerome E. Dobson. June 5, 2006. Disponível em <http://web.ku.edu/~mexind/sections%201%20and%202.pdf> .

A possibilidade de se considerar as diferentes agências do exército dos EUA como possuidoras de metas diferenciadas – justificativas similares foram usadas pelos envolvidos no projeto *México Indígena* para responder às críticas – não impede que pesquisas financiadas por uma agência sejam utilizadas com outros propósitos por outra agência do exército ou mesmo do governo norte-americano, o que levou Louis e Grossman a citar recente declaração da AGS²⁸ sobre “conduta ética” em trabalhos de campo, afirmando que os resultados das pesquisas “devem estar disponíveis livremente para todos, incluídas as agências do governo dos Estados Unidos...”.

A valorização do uso de Sistemas de Informação Geográficas para a prática de uma geografia de cunho militar e intervencionista é exemplificada na polêmica em torno ao projeto *México Indígena*, apontado como elemento de uma estratégia declarada de *open-source intelligence* (que envolve coleta de informações disponíveis que não são secretas) e de uma prática supostamente menos controversa de *soft power* norte-americano. Batson (2008)²⁹, geógrafo (e) militar, cujo livro discorre sobre o registro do chamado *Human Terrain* a partir da produção de cadastros de propriedade, colocando o projeto no México ao lado de iniciativa no Afeganistão, afirma em seu capítulo 4, intitulado *Foreign Intelligence is Geography* (uma das muitas citações de Dobson presentes no livro), que a geografia *open-source* “oferece uma inexplorada bonança para a prática da inteligência”. Segundo ele: “uma vez transformada em inteligência sobre propriedade, a geografia *open-source*, assim como a informação sobre propriedade, poderia prever potencialmente o curso de episódios de ‘violência civil’, determinar a efetividade de uma campanha de erradicação do ópio e revelar ligações familiares, financeiras e organizacionais, anteriormente ocultas, de atores não-estatais, os obscuros adversários na Guerra Global contra o Terror (*Global War on Terror*).”.

Para Batson (2008), ainda que o envolvimento em questões fundiárias locais - algo que seria normalmente relegado às agências civis - possa parecer “não ser interesse dos

²⁸ *The American Geographical Society (2009). Guidelines for Ethical Conduct of Foreign Field Research.* Disponível em <http://www.amergeog.org/AGSethicalguidelines.pdf>.

²⁹ *Registering the Human Terrain: A Valuation of Cadastre.* Douglas E. Batson. National Defense Intelligence College Press. 2008. Disponível em <http://www.ndic.edu/press/10279.htm>.

militares”, na realidade, o envolvimento militar em registrar antigas disputas fundiárias reforçaria a “missão” do exército. O termo “*soft power*”, que ele afirma ter sido cunhado por um ex-presidente do *U.S. National Intelligence Council*, consistiria, portanto, na “capacidade de obter o que você quer através da atração ao invés da coerção”. Batson destaca o projeto afegão *The Rural Lands Administration Project*, a *International Land Coalition* (analisada por ele em item sobre mapeamento participativo / comunitário) e o *Bowman Expedition México Indígena* como três exemplos de *soft power* exercido, respectivamente, por uma agência governamental estrangeira (DFID), por uma ONG, e pela academia, e recomenda que as Agências do governo dos Estados Unidos enviem seu pessoal especializado em *Reconstruction and Stability (R&S)* para treinamento de longa duração, em instituições estrangeiras, em *Land Tenure and Property Rights (LTPR)*, em pesquisas de campo geográficas e em expedições do “tipo Bowman” em outros países. (Batson, 2008.)

O papel recente dos SIG é apontado por Batson como essencial: “*Intelligence Preparation of the Environment* é a análise gráfica do inimigo, do ambiente e do terreno para todo o tipo de operações militares. SIG é sua contraparte civil, um retrato visual dos componentes geoespaciais de um dado problema, tais como redes de transporte, distribuição de renda, fatores demográficos, uso da terra e propriedade” (Batson, 2008.)

Na história da cartografia, uma aritmética política que mede o território, seus recursos em série temporais comparáveis foi o instrumento preferencial para a apropriação utilitária do território. Frente a ela, persistiu a alternativa da produção de quadros monográficos que procuravam reconstituir o sistema de relações que liga entre si as diferentes partes e aspectos do território, atribuindo-lhe sentido (Revel, 1989, p. 226-127). A formação dos Estados nacionais acompanhou-se de uma vontade afirmada de centralização e de unificação de informações, sejam estatísticas, sejam cartográficas, que não deixava espaço para a iniciativa e a experimentação locais. Esta vontade estendeu-se às chamadas estatísticas morais que, na Europa do século XIX, formulavam a idéia do “homem médio” como unidade de base da observação e da gestão política (Revel, 1989, p. 135). Isto pressupunha a configuração de um espaço uniforme, o que impôs uma

“desterritorialização” das descrições específicas e localizadas do território e do mundo social. As categorias de análise então desencadeadas passam a “eliminar a diversidade espacial, em benefício de ligações centradas em códigos e estatutos de alcance nacional” (Desrosières, apud Revel, p. 137). O domínio cartográfico passou a unir assim, de forma indissolúvel, vontade científica e afirmação política (p. 154). Se isto pôs em jogo, de fato, uma dimensão epistemológica, esta última é indissociável da imposição de uma unidade “moral” ao território, moldando o corpo coletivo da nação no espaço contínuo e abstrato de pontos intercambiáveis. (p. 137). Através dos mapas, deu-se ao espaço uma forma aparentemente indissociável da própria espacialidade, imagem gráfica que permitiu ao poder “ver com os olhos e tocar com os dedos” (Hervé, apud Revel, p. 145). A polêmica em torno ao projeto México indígena mostra como novas questões são postas em jogo nas disputas cartográficas, quando redes de organizações e agências recorrem ao conhecimento local sobre o sistema de relações pelo qual o espaço é usualmente produzido para integrá-lo a estratégias de controle a ao “território médio” da dominação.

c) mercado de terras, biodiversidade e ambientalização dos sujeitos territoriais

A década de 1990 foi marcada, na América Latina, por grande mobilização dos povos indígenas, com aumento substancial do escopo de suas lutas e conquistas de direitos. Instrumentos legais como a convenção 169 da OIT, no plano internacional, e a configuração de um “constitucionalismo multicultural” em um certo número de países refletiram o fortalecimento dos movimentos indígenas e de suas alianças. Neste contexto, ao contrário do pensamento corrente, Hale (2002) sugere que a abertura dos poderes constituídos às demandas por direitos indígenas não se apresenta em oposição frontal ao desenvolvimento da lógica do capitalismo transnacional que também se afirmou mundialmente no mesmo período. Este autor chama de “multiculturalismo neoliberal” o apoio pró-ativo que os proponentes do neoliberalismo têm dado a demandas limitadas dos movimentos indígenas como forma de fazer avançar, segundo ele, a sua própria agenda (Hale, 2002, p. 487). A partir do caso dos povos Maya da Guatemala e da identificação de tensões internas ao próprio Banco Mundial no que diz respeito à recomendação vigente de respeito aos direitos indígenas, inclusive aquele à posse comunal da terra e à participação

informada das comunidades indígenas, Hale levanta a hipótese de que tais ações estão, na verdade, cedendo cuidadosamente terreno, de forma precaucionária, de modo a barrar demandas de maior alcance, definindo os limites do campo em que futuras negociações sobre direitos culturais venham a ter lugar (Hale, 2002, p. 488). Reformulando as demandas na linguagem de sua contenção, o Banco apresentar-se-ia como sujeito da definição do espaço que o ativismo dos direitos culturais ocupa, assim como dos limites da legitimidade de cada uma de suas demandas e da ação política apropriada para atendê-las (Hale, 2002, 490). Tal hipótese é compatível com a posição de Assis, segundo quem “o projeto neoliberal não trata apenas de políticas econômicas ou de reforma do estado, mas inclui políticas de ajuste social informadas por um projeto cultural” (Assies et al., apud Hale, p. 493) e Llorens para quem “até os aborígenes mais remotos, após serem descobertos, são postos em um ‘sítio’, em um duplo sentido: a globalização os situa e ao mesmo tempo os situa” (Llorens, 1999, apud Assies, 2003, p. 3). Assim é que, como parte de seu discurso sobre “etno-desenvolvimento”, o Banco Mundial tem afirmado que o fato de que as terras reclamadas por povos indígenas ou negros estejam baldias constituiria um obstáculo à atração de inversão privada e à implementação de um “desenvolvimento sustentável”. A titulação territorial seria vista, assim, pelo Banco como uma condição de estabilização dos regimes de propriedade, de modo a fomentar a inversão estrangeira direta e atrair tecnologias apropriadas para áreas de alta biodiversidade (Hoekema y Assies 2000; Davis y Partridge 1994; World Bank 2002 apud Offen, p.6), pondo em dúvida, portanto, o caráter emancipatória de iniciativas de mapeamento justificadas pela pretensão de afirmação territorial de grupos subalternos, dada a sua compatibilidade com as políticas de contenção formuladas pelos agências multilaterais de desenvolvimento..

Considerações finais

A viagem de Estado, o inquérito e o mapa são operações de conhecimento que tiveram, ao longo do tempo, em comum, o fato de assegurar ao poder do Estado uma forma de domínio sobre o espaço que lhe está submetido. Todas essas formas “sublinham que o conhecimento do território é, indissociavelmente, uma produção do território” pois “o conhecimento do território tornou-se, desde muito cedo, inseparável do exercício da soberania” (Revel, 1989,

p. 104 e 121) Com a Revolução Francesa, a informação estatística foi proclamada um bem coletivo dos cidadãos e não mais um bem privado do monarca, sendo objeto, a partir de então, de uma publicidade declarada (Revel, 1989, p. 123). Neste início dos anos 2000, por sua vez, a entrada de sujeitos não-estatais na produção de conhecimento sobre o território fora dos marcos do Estado e da produção de sua soberania faz emergir uma nova configuração do campo das disputas territoriais, assim como da composição dos atores sociais que dele participam (Nunes, 2008).

As experiências de mapeamento participativo e cartografia social põem em discussão a questão da *formação de comunidades* que incluem membros reunidos transitoriamente na busca de objetivos apresentados como comuns³⁰. Seria este o caso, por exemplo, da união de índios, cientistas das áreas sociais e naturais, representantes de agências governamentais e de cooperação internacional, membros de setores da igreja, em favor da demarcação de terras indígenas, de zoneamentos etnoecológicos, da promoção de projetos de desenvolvimento local, etc., todos incluindo técnicas de “mapeamento participativo”. Temos assim a união temporária de atores localizados dentro e fora do Estado, com diferentes perfis profissionais e ocupando diferentes posições sociais, visando um determinado objetivo, e, para isso, compondo comunidades mais ou menos estáveis. Essas comunidades têm duração variável e, em geral, só se mantêm ao longo da articulação para alcançar esses objetivos (Hoffmann, 2009).

Essas comunidades podem incluir atores com objetivos antagônicos, forças do *mainstream* e forças contra-hegemônicas, que se unem provisoriamente, como resultado de negociações, para alcançar certos fins. Elas mesclam diferentes gramáticas, burocráticas, acadêmicas e políticas, muitas vezes subsumidas à “língua franca” dos *projetos*, isto é, dos instrumentos de planejamento utilizados para obter recursos para a consecução dos objetivos propostos.

³⁰ Mayer, Adrian C. “A importância dos quase-grupos no estudo das sociedades complexas”. In Feldman-Bianco, Bela (org) *Antropologia das Sociedades Contemporâneas*. São Paulo: Global, 1987 e Mitchell, J. C. “The concept and use of social networks”. In Mitchell, J. C. (ed) *Social Networks in Urban Situations: Analyses of Personal Relationships in Central African Towns*. Manchester: Manchester University Press, 1969, entre outros.

A literatura tem designado por “giro territorial”, por seu turno, o processo de demarcação e titulação de terras que atingiu, a partir dos anos 1990, toda a região tropical da América Latina, gerando novas configurações no controle territorial (Offen, 2003). Neste processo, o conceito de territorialidade tem se colocado como um elemento central na construção política da realidade. É nesta trama territorial que as comunidades provisórias constituem-se para promover as experiências ditas de “mapeamento participativo” e “cartografia social”. Apesar de diferenças locais, a nova trama espacial de lugar à devolução de territórios reivindicados por povos indígenas e afro-latinos, bem como à definição de suas áreas. A maior parte dos territórios reivindicados se encontra na Amazônia (Brasil, Suriname, Guiana, Venezuela, Colômbia, Equador, Peru e Bolívia) e na parte oriental da costa da América Central, regiões, por outro lado, onde se localizam as principais reservas de biodiversidade restante no planeta em áreas com riquezas inexploradas.

É nestas áreas que desenvolvem-se em sua maior parte as experiências de mapeamento participativo e cartografia social, evidenciando a importante distinção política e analítica entre demandas por terra comunal ou privada e demandas territoriais. Em si mesma, uma demanda por terra não desafia, necessariamente, as regras e regulações com que se administram os direitos à propriedade. Uma demanda territorial, ao contrário evoca questões de poder, de afirmação da identidade, de autogestão e controle dos recursos naturais. Uma demanda territorial busca, pois, impor uma nova territorialização que, no interior do espaço nacional e fundamentada na cidadania territorial, tenta redefinir a relação das pessoas com o Estado e com a nação (Offen, p. 5).

Neste contexto, é por vezes no próprio processo de automapeamento que as identidades acionadas, a delimitação de quem faz parte (ou não) dos grupos, assim como de sua territorialidade, são objetivadas (Vianna, 2009). Tratar-se-á, nestes casos, não da aplicação de uma categoria censitária e populacional definida pelo Estado, mas de grupos sociais territorializados que buscam se fazer ver e reconhecer em um contexto de disputas

simbólicas e políticas³¹. Desta feita, mesmo na (auto)delimitação do grupo/comunidade sujeito do mapa, a disputa com as categorias demográficas traz consigo a politização do processo. O mapa dito “participativo” poderá incluir dados da história, cultura, tecnologia e informar e redefinir idéias sobre o território e a sua relação entre os grupamentos humanos. E se, por um lado, estes mapas podem dar legitimidade a uma urgência e uma reivindicação territorial, adquirindo “uma quase-estatura jurídica que influencia a sua interpretação”, por outro, a presença de agências multilaterais como o Banco Mundial em seu reconhecimento e apoio não excluirá a possibilidade de que algumas dentre tais experiências estejam sendo inseridas em mecanismos de estabilização do mercado de terras, em que a titulação territorial constitua uma forma de atrair investimento internacional e fornecer uma base segura para incluir a biodiversidade nas dinâmicas do mercado.

A respeito desse jogo entre lutas sociais e internalização das críticas pelos atores hegemônicos, Boltanski e Chiappelo (1999) assinalam como o capitalismo se reproduz reformando-se através do tempo, num jogo entre formas de organização da sociedade e ajustes do “espírito capitalista”. Pois o capitalismo aloca as pessoas em lugares sociais de valor desigual e configura critérios de justificação que legitimam tais processos de seleção/distribuição. Em determinadas conjunturas, certos atores exercerão a crítica a esta distribuição desigual de posições. Esta crítica pode por em questão a ordem existente, assim como os critérios que justificam a distribuição desigual da “grandeza relativa” das pessoas. Esta crítica poderá ser corretiva, contestando o irrespeito aos critérios de justificação das desigualdades, ou radical, propondo a supressão e substituição dos critérios instituídos a partir de outras lógicas. Criticado, o capitalismo precisará, em alguma medida, oferecer algo do que promete e tentar reconstituir a implicação positiva e o consentimento dos grupos subalternos. Isto ele o faz, ajustando o espírito do capitalismo e, por vezes, o próprio processo de acumulação, tensionando os critérios de alocação de sujeitos em posições sociais, bem como suas justificações. A isto Boltanski e Chiapello chamam de “deslocamentos” – mudanças organizativas ou de critérios de alocação social, efetuadas em

³¹ “O poder simbólico como poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário” (Bourdieu: 1989. p.14).

termos de força ou legitimidade, pelas quais o capitalismo assegura continuidade a seus próprios mecanismos. Os deslocamentos são, pois, procedimentos de mudança do lugar/condição social do enfrentamento crítico, que permitem evitar perdas de superioridade relativa dos atores dominantes e atribuir-lhes forças derivadas de novas circunstâncias. O acúmulo e a força das críticas podem levar a deslocamentos que consistem na busca de novos mecanismos concretos de seleção e de sua justificação – mais robustos, estáveis e formalizados. Os deslocamentos procuram contribuir, assim, para esvaziar as críticas, desarticular as formas instituídas de alocação dos sujeitos em posições sociais relativas, bem como criar novos tipos de critérios de seleção e alocação de sujeitos a posições.

Os processo de ambientalização do Estado e das agências multilaterais como o Banco mundial ilustram, efetivamente, um processo de “deslocamento” desta natureza, pela institucionalização da crítica ambientalista, tendo em vista a sua contenção. Mas não se deve desconsiderar que tal processo possa ser tensionado, como tem sido, pela emergência de novos atores, que, ao lado de populações indígenas e quilombolas, por exemplo, também se estejam apresentando como sujeitos de direitos territoriais específicos, em nome de sua afirmação cultural e política, e, em certos casos, ambiental.

A incorporação de demandas por direitos culturais e territoriais por Estados e agências multilaterais, processo que compreende parte das experiências de mapeamento aqui discutidas, podem, igualmente, estar integrando, com sustentam Hale, Offen e outros, as políticas de contenção em que as “portas abertas” representam institucionalização e delimitação de fronteiras entre demandas tidas por aceitáveis e não aceitáveis. Mas também, como o mostram as margens de indeterminação presentes nos diversos projetos de automapeamento por grupos identitários, tais portas encontrando-se abertas, sempre poderão mostrar-se suscetíveis a que ações de disputa territorial alterem o diagrama de forças em que inicialmente se instauraram, estendendo-se à disputa pelo controle do próprio movimento “de abertura de portas”.

Referências bibliográficas

- ACSELRAD, H. 2002 “O Zoneamento ecológico-econômico da Amazônia e o panoptismo imperfeito”, in Cadernos IPPUR/UFRJ vol. XV, n.2/vol.XVI, n.1, ago.dez.2001 – jan.jul.2002, pp.53-75.
- ADANT, I. MOUGENOT, C. MORMONT, M. 1999, La Participation, heuristique de l’environnement, in Environnement et Societé n. 22, pp. 145-155.
- ALLEGRETTI, M. Reservas extrativistas: parâmetros para uma política de desenvolvimento sustentável na Amazônia, in A. Anderson et alii, O Destino da Floresta, Relume Dumará, Rio de Janeiro, 1994.
- A Construção social de políticas ambientais - Chico Mendes e o movimento dos seringueiros, Tese de Doutorado, UnB, Brasília, 2004.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Carajás: A Guerra dos Mapas. Belém: Falangola, 2003.
- A dimensão Política dos Conhecimentos Tradicionais, in ACSELRAD, H. (org.) Conflitos Ambientais no Brasil, Relume Dumará, Rio de Janeiro, 2004.
- ALVARES, Sonia, DAGNINO, Evelina, ESCOBARr, Arturo(orgs.) Cultura e movimentos sociais Latino-americanos, EDUFMG, Belo Horizonte, 2000.
- ARAUJO, Frederico Guilherme, HAESBERT, Rogerio, Identidades e Territórios: questões e olhares contemporâneos, Ed. Access, Rio de Janeiro, 2007.
- ASSIS, William, Territorialidad, indianidad y desarrollo: las cuentas pendientes, Tercera Semana de la Cooperación y Solidariedad Internacionales: América latina, Tolosa, noviembre, 2003.
- BALANDIER, G. Images, Images, Images. *Cahiers Internationaux de Sociologie*, Paris: PUF, v. LXXXIII, juin 1987.
- BARRETO FILHO, H. T. Da Nação ao planeta através da natureza: uma abordagem antropológica das unidades de conservação de proteção integral na Amazônia brasileira, Tese de Doutorado em Antropologia Social IFCH-USP, São Paulo, 2001.
- BAUMAN, Zygmunt, Identidade, ed. Jorge Zahar, Rio de Janeiro, 2005
- BOLTANSKI, L; CHIAPELLO, E. El nuevo espíritu del capitalismo. Akal, 2002.
- BOURDIEU, Pierre, O Poder Simbólico, DIFEL, Lisboa, 1989.
- CANDLER, Craig et alii. O SPIG como uma prática contínua (e sustentável?): As experiências da First Nation (Primeira Nação) no Tratado Oito da Colúmbia Britânica, Canadá. Participatory learning and action n° 54, 2006.
- CASTLE, Christopher. Mapping the soul of the land – the ecopsychology of place, in The Ecopsyforum, ecopsychology.athabascau.ca/Final/1mapping.htm , acesso em 19 setembro 2009.

- CHAPIN, Mac et alli. 2005. *Mapping Indigenous Lands*. Annu. Rev. Anthropol. 34:619–638.
- COLCHESTER, Marcus. O mapeamento como ferramenta para garantir o controle comunitário: alguns ensinamentos do sudeste asiático. WRM Boletim nº 63. Outubro de 2002.
- COLI, Luis Regis, O uso de novas tecnologias de produção cartográfica em iniciativas “participativas” de mapeamento, Projeto “Experiências em cartografia social e constituição de sujeitos em conflitos ambientais”, IPPUR/UFRJ, mimeo, 2009, 13 p.
- CORBETT, Jon et alli. Resumo: Cartografia para mudança – o aparecimento de uma prática nova. Participatory learning and action nº 54, 2006.
- CORREIA, Cloude de Souza. Etnozoneamento, Etnomapeamento e Diagnóstico Etnoambiental: Representações Cartográficas e Gestão Territorial em Terras Indígenas no Estado do Acre. 2007. Tese de Doutorado.
- FOUCAULT, M. 1993 *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal. 1993
- HALE, Charles R. Does Multiculturalism Menace? Governance, Cultural Rights and the Politics of Identity ni Guatemala, in *Journal of Latin American Studies*, 34, 2002, Cambridge, p. 485-524.
- HARRIS, T. M., WEINER, D. WARNER, T. and LEVIN, R. 1995. Pursuing social goals through Participatory GIS: Redressing South Africa's historical political ecology. In *Ground truth: The social implications of Geographic Information Systems*, ed. J. Pickles, 196-222. New York: Guilford Press.
- HERLIHY, Peter H. & KNAPP, Gregory (eds.). 2003. *Maps of, by and for the Peoples of Latin America*. Human Organization. *Journal of the Society for Applied Anthropology*. Vol. 62, No. 4, Winter 2003.
- SMITH, Derek A. Smith, KELLY, John H., DOBSON, Jerome E. “*México Indígena: Mexican Open-Source Geographic Information Systems (GIS) Project Final Report, Year One*”, June 5, 2006. Disponível em <http://web.ku.edu/~mexind/sections%201%20and%202.pdf> .
- HOESCHELE (2000), Geographic information engineering and social groundtruth in Atappadi, Kerala State, *Annals of the Association of American Geographers*, 90 (2), 293-321.
- HOFFNMAN, Maria Barroso, Mapeamentos participativos; proposta de trabalho, Projeto Experiências em Cartografia Social, IPPUR/UFRJ, Rio de Janeiro, mimeo, 2009.
- INOUE, Cristina Yume Aoki. *Regime Global de Biodiversidade: o caso Mamirauá*. Brasília. Editora Universidade de Brasília. 2007.
- JOLIVEAU T. (2004). *Géomatique et gestion environnementale du territoire. Recherches sur un usage géographique des SIG*, Mémoire d'Habilitation à Diriger des Recherches en Sciences Humaines, Rouen, Université de Rouen; 2 vol. 504 p. + non pag.
- JOURDE, Pierre. *Géographies Imaginaires – de quelques inventeurs de mondes au XX Siècle*. Paris: José Corti ed., 1991.
- LEFEBVRE, Henri, *La Production Sociale de l’Espace*, Paris, Anthropos, 1974.

LLORENS, José, «El sitio de los indígenas en el siglo XXI: tensiones transculturales de la globalización, in DEGREGORI, C.I. – PORTOCARRERO, G. (eds.) *Cultura y Globalización*, Red para el Desarrollo de las Ciencias Sociales en el Peru, Lima, 1999.

LUSSAULT, M. La Ville Clarifiée. Essai d'analyse de quelques usages carto- et iconographiques en oeuvre dans le projet urbain. In: CAMBRÉZY, L.; DE MAXIMY, R. (Ed.). *La Cartographie en Débat*. Paris: Karthala-Orstom, 1995.

MALAMUD, C. A Shared Reality, in Mappamundi <http://mundi.net/cartography/Maps/> (acesso em 20/10/2008)

MAYER, Adrian C. “A importância dos quase-grupos no estudo das sociedades complexas”. In Feldman-Bianco, Bela (org) *Antropologia das Sociedades Contemporâneas*. São Paulo: Global, 1987.

MITCHELL, J. C. “The concept and use of social networks”. In Mitchell, J. C. (ed) *Social Networks in Urban Situations: Analyses of Personal Relationships in Central African Towns*. Manchester: Manchester University Press, 1969, entre outros

MORETTI, Franco. *A Literatura Vista de Longe*, Ed. Arquipélago, Porto Alegre, 2008.

NUNES, Patrícia Portela, Mapeamentos Participativos, Projeto “Experiências em cartografia social e constituição de sujeitos em conflitos ambientais”, mimeo, IPPUR/UFRJ, Rio de Janeiro, 2008

OFFEN, Karl H. The Territorial Turn: making black territories I pacific Colombia, in *Journal of Latin American Geography* 2(1), 2003: 43-73

PARK, J. The New Cartographers - What does it mean to map everything all the time?, in *In These Times*, february 29 2008.

PICKLES, John. *Ground Truth: The Social Implications of Geographical Information Systems*, ed. J. Pickles. New York: The Guilford Press, 1995.

PUALANI, Renee, GROSSMAN, Zontán, Discussion Paper on Research and Indigenous Peoples. 2009. Texto disponível em <http://academic.evergreen.edu/g/grossmaz/IPSG%20discussion%20paper.pdf>.

QUEIROZ, Helder L. A reserva de desenvolvimento sustentável Mamirauá. *ESTUDOS AVANÇADOS* 19 (54), 2005.

RIVIÈRE, J. Loup. La Carte et la Décision. In: *Cartes et Figures de la Terre*. Paris: CCI/Centre Georges Pompidou, 1980.

SANTOS, Boaventura de Sousa, *A Crítica da Razão Indolente – contra o desperdício da experiência*, Cortez Editoras, SP, 2000.

SIEBER, Renee. Public Participation Geographic Information Systems: A Literature Review and Framework. *Annals of Association of the American Geographers* 96. 2006.

SIERSTRUNCK, R. “La Carte Militaire”, in *Cartes et Figures de la Terre*, catálogo da exposição apresentada no Cento Georges Pompidou, Paris, 19890, p. 363-374.

SWYNGEDOUW, E. Globalisation or Glocalisation Networks, Territories and Rescaling *Cambridge Review of International Affairs*, Volume 17, Number 1, April 2004.

TEIXEIRA, Cristina. O Desenvolvimento Sustentável em Unidade de Conservação: a “naturalização” do social. *REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS - VOL. 20 Nº. 59.* 2005.

TREUHAF, S. The Democratizing of Data: how the internet is shaping the work of data intermediaries, Working Paper 2006-03, Institute of Urban and Regional

TURNBULL, David. *Masons, Tricksters and Cartographers*, Routledge, London- New York, 2000.
VIANNA JR. O Reencantamento da cartografia, *Le Monde Diplomatique Brasil*, ano2 n. 23, junho 2009, p.36-37.

VIANNA Jr, Aurélio, Mapas e Identidades – O Reencantamento da Cartografia, in *Le Monde Diplomatique Brasil*, ano 2, n. 23, junho 2009, São Paulo, p. 36-37.

VIAU, A. BOUTINOT, L. Geomática e governança territorial: instrumentos, conhecimentos e saber especializado, Comunicação ao Joint Congress of the European Regional Science Association e da Association de Science Régionale de Langue Française, Paris, Agosto-Setembro 2007.

WOOD, Denis. Maps and Mapmaking, *Cartographica*, vol. 30, 1, (1993) p. 1-9.